

Parte B

ANÁLISE EXTENSIVA

Capítulo 2

A POPULAÇÃO, AS PRÁTICAS E AS AUTO-AVALIAÇÕES DE LITERACIA

Que características sociais básicas tem a população que foi objecto de análise neste Estudo Nacional de Literacia? Como é que essa população se apresenta em termos de indicadores indirectos de literacia, como sejam a formação escolar, as práticas declaradas de leitura, escrita e cálculo e, ainda, as avaliações que as próprias pessoas fazem do seu nível de literacia?

Antes de chegar ao cerne da investigação realizada – a análise dos níveis de literacia da população portuguesa através da metodologia de avaliação directa - importa fornecer um conjunto de elementos de resposta às duas perguntas acima formuladas. Não só por necessidade de enquadramento daqueles resultados principais; mas também porque a complexidade do tema aconselha a experimentar vias complementares de análise e a confrontar os respectivos resultados. Aliás, a nível internacional, a investigação sobre a literacia tem passado por várias fases e pelo recurso a estratégias de abordagem diversas, nomeadamente através de metodologias de avaliação indirecta, com as quais tem interesse comparar os resultados obtidos pela avaliação directa.

Como se indicou no capítulo anterior, o estudo incidiu sobre a população portuguesa do continente, com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, em geral considerada como população potencialmente activa na esfera profissional. A distribuição dessa população por sexos, escalões etários, graus de ensino e condição perante o trabalho – parâmetros que serviram para a construção da amostra representativa utilizada no estudo – foi já apresentada no Quadro 1.2, de acordo com os dados do Recenseamento Geral da População de 1991.

Pode acrescentar-se, ainda de forma preliminar, que a grande maioria dos entrevistados nasceu em Portugal (94,8%) e que o português é a língua materna da quase totalidade: 96,6%. Dos que não nasceram no território nacional, a maior parte vem dos países africanos de língua oficial portuguesa, constituindo 3,5% da amostra. No conjunto dos inquiridos, 11,3% residiram anteriormente no estrangeiro: 5,2% são naturais doutros países e

6,1% saíram de Portugal durante períodos relativamente longos (três anos ou mais).

As populações migrantes e as minorias étnicas têm sofrido, com frequência, condições de dificuldade acrescida quanto à aquisição de competências linguísticas e de literacia. Daí a importância de considerar as variáveis anteriores. No entanto, perante os valores acima indicados, verifica-se que uma amostra representativa nacional com a dimensão da que foi possível utilizar não propicia análises estatisticamente significativas a este respeito. O peso relativamente reduzido destes sectores no conjunto da população e a tendência para a concentração espacial dos seus locais de residência são factores que contribuem para este efeito. Poder-se-á, eventualmente, em estudos futuros, construir amostras específicas destas populações. Seja como for, o significado social dos imigrantes, nomeadamente africanos, bem como dos filhos de emigrantes regressados ao país, é inegavelmente relevante na sociedade portuguesa actual. No âmbito do presente projecto procurou-se dar conta de um conjunto de aspectos característicos da situação quanto à literacia de populações de origem africana em Portugal, através de uma das monografias referidas no capítulo anterior.

2.1. Perfis de escolaridade, composição socioprofissional e mobilidade social

A análise da composição social da população inquirida permite evidenciar alguns dos traços mais relevantes das estruturas sociais do país e dos seus processos de transformação¹, traços esses com relação significativa com os padrões de literacia que se puderam observar. A configuração estrutural de uma sociedade, nomeadamente em termos de formação escolar e composição socioprofissional, bem como os antecedentes familiares e as trajectórias sociais dos indivíduos que a compõem, são factores fortemente associados aos níveis de literacia.

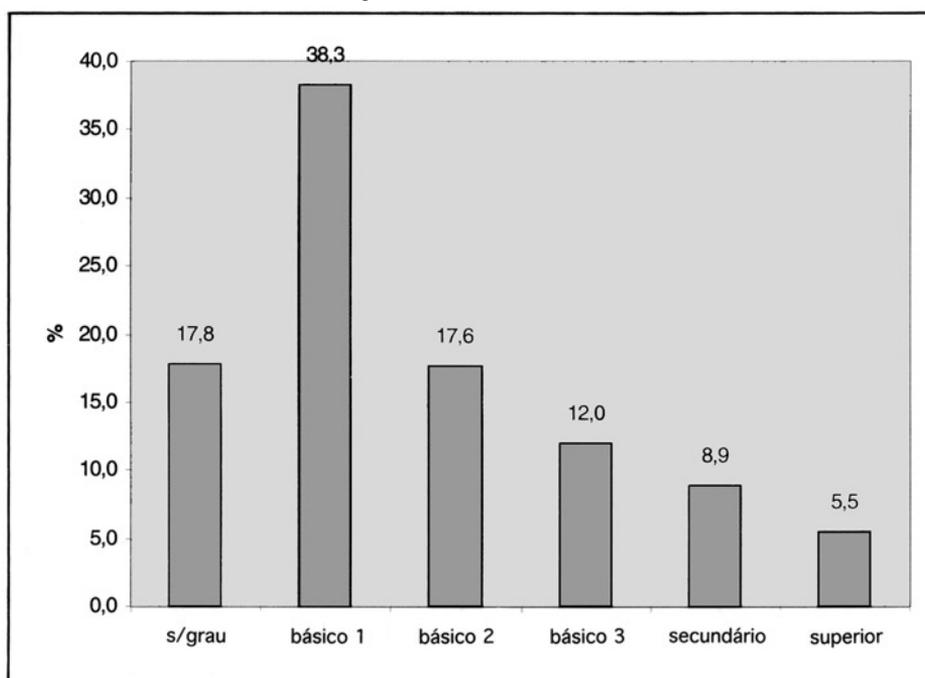
A capacidade de processar informação escrita na vida quotidiana – questão que o conceito de literacia pretende analisar – não se confunde com a formação escolar. Pessoas com formação escolar equivalente podem ter capacidades diferentes de utilização efectiva, nas situações do dia-a-dia, de materiais

¹ Como enquadramento pode ver-se, a este respeito, João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, “Recomposição socioprofissional e novos protagonistas”, in António Reis (coord.), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

escritos diversos. A aprendizagem escolar não é homogénea, mesmo para idênticos graus de ensino. Os percursos de vida contemporâneos comportam, em variados domínios de experiência não escolares, processos tanto de aquisição como de perda de competências deste tipo. Entre a formação de competências e a sua utilização em circunstâncias da prática social corrente há todo um conjunto de mediações. Contudo, também não se pode dizer que o peso da escolaridade, na constituição dos padrões de literacia socialmente observáveis, seja insignificante ou menosprezável. Pelo contrário, é geralmente considerado muito importante na produção das competências necessárias para o enfrentamento, mais ou menos satisfatório, de um leque enorme e variado de situações que, no mundo contemporâneo, requerem o processamento de informação escrita – seja na actividade profissional, na esfera pessoal da vida privada, do consumo e do lazer ou, ainda, no relacionamento social mais amplo, de natureza cívica, política ou outra.

Mas essa importância não é exclusiva nem linear. Uma das preocupações desta pesquisa é, precisamente, a de analisar as relações – variáveis – entre formação escolar e literacia. Esse será um dos pontos abordados de modo recorrente ao longo do presente trabalho.

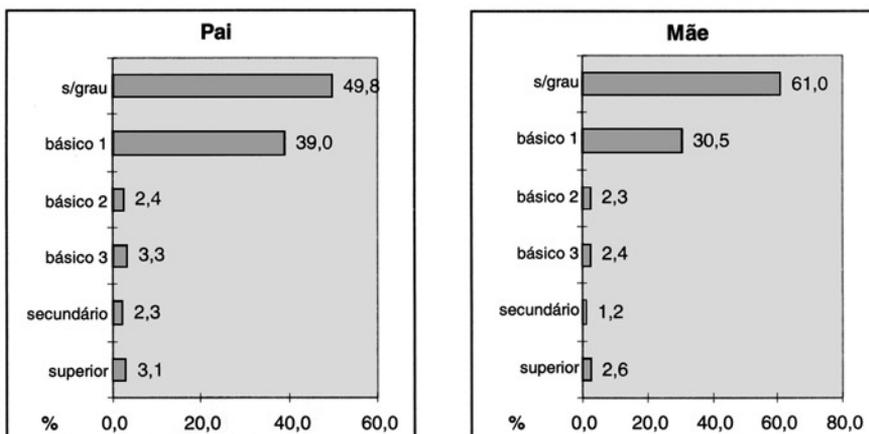
Gráfico 2.1: Graus de ensino



Vale a pena, pois, começar por relembrar o perfil de formação escolar da população inquirida. O Gráfico 2.1 mostra como é que ela se distribui por graus de ensino, considerando os mais elevados que os entrevistados completaram. Como referências de apoio à interpretação destes dados convém assinalar alguns pontos. A percentagem de pessoas sem qualquer grau de ensino completo é ainda muito elevada no país (17,8%), e nela não estão incluídos nem os mais novos, sem idade para ter frequentado e concluído qualquer dos referidos graus de escolaridade, nem os mais velhos, para quem a ausência de formação escolar ainda mais se faz sentir. Pode acrescentar-se que a maior parte (14,4%) nunca frequentou sequer o sistema de ensino. Aqueles que obtiveram graus de formação escolar de nível secundário ou superior constituem, pelo seu lado, segmentos muito reduzidos da população em idade activa: apenas 8,9% e 5,5%, respectivamente. Apesar destes valores baixos, nas últimas décadas verificou-se um crescimento gradual e sistemático dos níveis de escolaridade da população portuguesa. No entanto, a distância que os separa dos padrões observáveis nos países mais desenvolvidos – nomeadamente da União Europeia – permanece muito acentuada.

Por outro lado, só 8,3% dos inquiridos passaram pelo ensino pré-escolar (creche ou jardim-de-infância). Apenas 9,3% declaram ter frequentado cursos de formação profissional de qualquer tipo.

Gráfico 2.2: Grau de ensino dos pais



Que a formação escolar na geração anterior era ainda bastante mais desfavorável, é o que se confirma pelos dados obtidos acerca dos graus de ensino completos dos pais e mães dos entrevistados, como se pode ver no

Gráfico 2.2. É claro que esta situação não terá deixado de influir pesadamente tanto nas trajetórias de escolarização da população actual como na formação dos respectivos padrões de literacia.

Quadro 2.1: Graus de ensino do pai por graus de ensino do inquirido

Grau de ensino	Sem grau	Básico - 1	Básico - 2	Básico - 3	Secundário	Superior
Grau de ensino do pai	17,5	38,3	17,6	12,1	8,8	5,5
Sem grau 49,8	88,4	64,3	34,7	13,3	15,4	10,7
Básico - 1 39,0	11,0	34,1	53,5	61,3	54,6	42,4
Básico - 2 2,4	0,2	0,8	4,8	3,9	5,7	4,4
Básico - 3 3,3	0,0	0,5	2,2	10,9	8,7	11,9
Secundário 2,3	0,0	0,3	2,8	6,4	4,4	9,7
Superior 3,1	0,4	0,0	2,1	4,2	11,2	20,9

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Os fluxos de mobilidade intergeracional que, no plano da escolaridade, se verificaram em Portugal nas últimas décadas podem ser analisados a partir dos Quadros 2.1 e 2.2. Pode observar-se, desde logo, o condicionamento que a instrução escolar dos pais continuou a exercer sobre as probabilidades de escolarização dos filhos: quanto mais baixo é o grau de instrução dos pais mais empobrecidos se revelam os perfis de ensino dos filhos. Os actuais não possuidores de qualquer grau de ensino formal, por exemplo, são quase todos descendentes de meios familiares também sem qualificações escolares (88,4% dos pais e 94,0% das mães). No outro extremo, o segmento de entrevistados com maior percentagem de pais e mães com ensino superior é o dos possuidores, eles próprios, de um diploma desse grau de ensino (20,9% de pais e 13,8% de mães). Estas últimas percentagens, aliás, crescem regularmente com a escolaridade dos inquiridos.

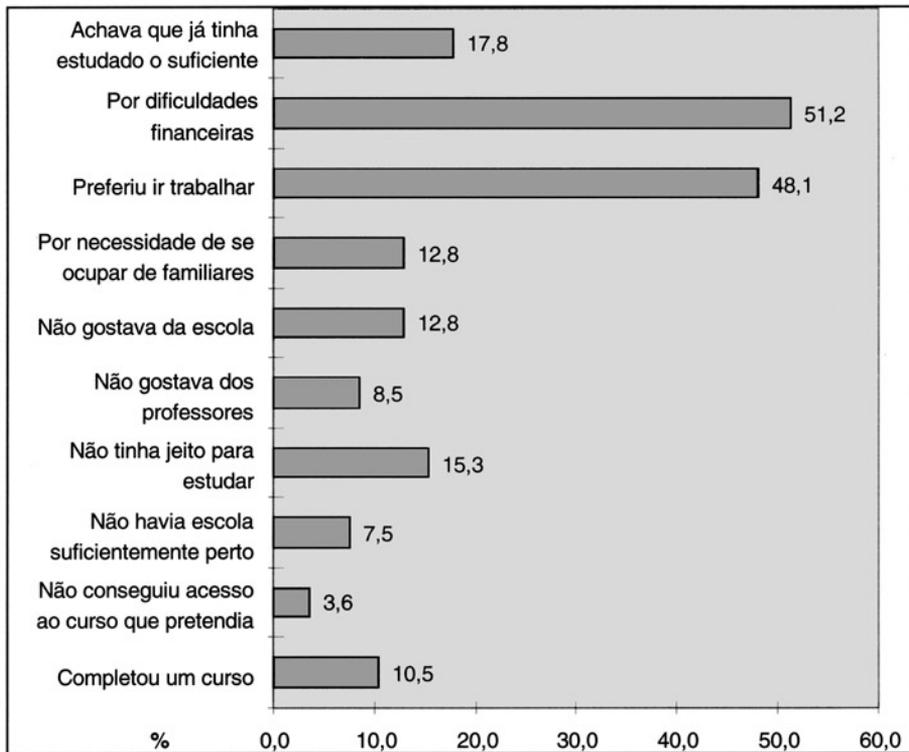
Quadro 2.2: Graus de ensino da mãe por graus de ensino do inquirido

Grau de ensino da mãe	Grau de ensino					
	Sem grau	Básico - 1	Básico - 2	Básico - 3	Secundário	Superior
Sem grau 61,0	94,0	76,8	48,7	27,2	24,1	18,2
Básico - 1 30,5	6,0	22,3	42,0	53,6	51,1	44,4
Básico - 2 2,3	0,0	0,5	5,1	5,0	2,8	7,5
Básico - 3 2,4	0,0	0,2	2,0	7,5	6,1	8,9
Secundário 1,2	0,0	0,1	0,6	2,3	4,6	7,3
Superior 2,6	0,0	0,0	1,5	4,4	11,3	13,8

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Isto não quer dizer que, como se viu atrás, não tenha havido uma melhoria relativa geral nos padrões de escolarização do país. Nem que não se observem trajetórias intergeracionais de mobilidade ascendente no plano da escolaridade. Efectivamente, exemplificando de novo com uma situação extrema na escala dos graus de ensino, pode observar-se que os pais de mais de 50% dos actuais diplomados pelo ensino superior tinham no máximo a antiga 4ª classe. E o mesmo acontece, quanto às mães, para mais de 60%.

De forma global, os quadros referidos mostram que a grande maioria das pessoas sem grau de ensino tinha pais e mães também nessa situação; que os possuidores de um diploma do primeiro ciclo do ensino básico provêm de contextos familiares onde predomina a ausência de escolaridade formal ou, quando muito, esse mesmo primeiro ciclo do ensino básico; que os que conseguiram completar seis anos de escolaridade descendem de pais e mães na sua maioria com a antiga 4ª classe ou sem instrução formal; que a categoria modal dos pais e mães dos detentores do terceiro ciclo do ensino básico (nono ano de escolaridade) ou do ensino secundário (onze ou doze anos de escolaridade) é, nitidamente, o primeiro ciclo do ensino básico (antiga 4ª classe); que, como se mostrou acima, essa é também a escolaridade mais frequente dos pais e mães dos que completaram um curso superior – embora, para estes últimos, apareçam percentagens um tanto maiores de pais e mães com graus de ensino mais elevados.

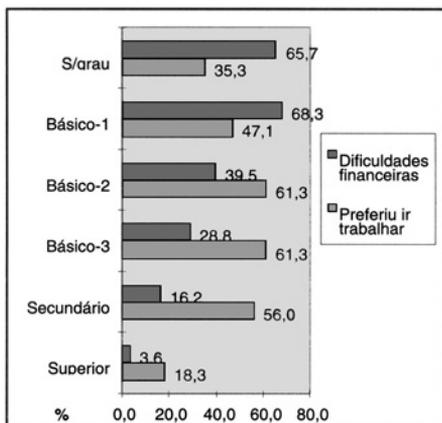
Gráfico 2.3: Razões de saída da escola

Dificuldades financeiras e preferência por ir trabalhar são as duas razões principais que os entrevistados apontam para terem deixado de frequentar a escola, como se pode ver no Gráfico 2.3. Outros factores são bastante menos referidos, embora com variações.

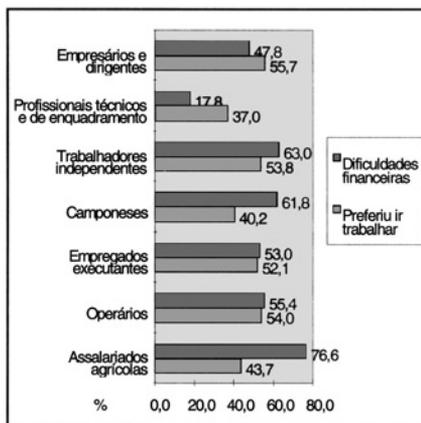
Procurando relacionar aquelas duas razões mais referidas com algumas variáveis de caracterização social básicas, como se faz no Gráfico 2.4, pode verificar-se que apresentam uma associação forte com o grau de ensino, a classe social, a idade e o sexo. Em concreto, quanto mais baixos são os graus de ensino conseguidos, mais as dificuldades financeiras parecem ter pesado na não continuação dos estudos. Já a preferência por ir trabalhar é referida como razão mais relevante, sobretudo pelos possuidores de níveis intermédios de escolaridade.

As razões apontadas variam também com as classes sociais de pertença. Nas de menores recursos atribui-se em geral mais às dificuldades financeiras a responsabilidade pelo não prosseguimento dos estudos. É o caso dos operários industriais e dos empregados de base de escritórios, comércio e servi-

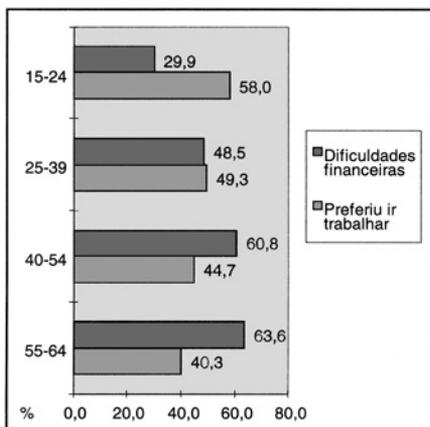
Gráfico 2.4: Razões de saída da escola por graus de ensino, classes sociais, idade e sexo



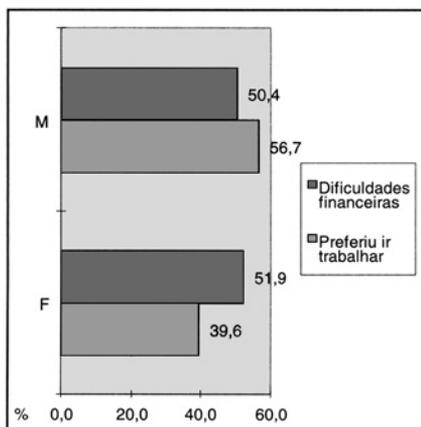
Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

ços e, sobretudo, dos assalariados agrícolas, bem como dos pequenos agricultores por conta própria, pequenos comerciantes, artesãos e outros trabalhadores independentes. Os empresários e dirigentes referem mais ter preferido ir trabalhar, provavelmente em muitos casos para unidades empresariais da família ou por eles próprios constituídas. Também é esta a razão mais mencionada pelos quadros e técnicos, embora nestes todos os factores de não prosseguimento dos estudos obtenham valores bastante baixos, uma vez que correspondem a uma categoria socioprofissional em que grande parte das pessoas fez um percurso escolar até aos escalões mais elevados do sistema de ensino.

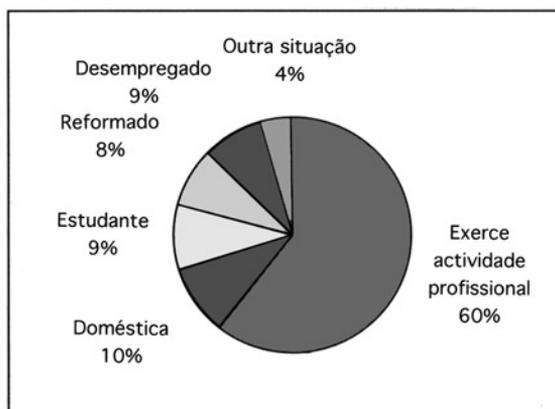
O peso dos constrangimentos económicos directos parece diminuir à medida que se caminha para as gerações mais novas, ganhando comparativamente maior relevo, para uma fracção significativa das pessoas, a disposição de optar por um emprego em alternativa à escola, tão cedo quanto possível. Convém entretanto não perder de vista que os níveis médios de escolaridade têm vindo a crescer ao longo das décadas. É, pois, perante um renovado contexto social de referência, nomeadamente quanto a escolarização, que os resultados referidos podem ser interpretados. Resta ainda dizer que o maior peso relativo atribuído por parte das mulheres às dificuldades financeiras para terem deixado a escola, comparativamente com a importância acrescida que ganha nos homens a opção por ir trabalhar mais cedo em vez de prosseguir os estudos, é congruente com a tradicional menor autonomia feminina no desenvolvimento de estratégias de profissionalização, situação que tende no entanto a acontecer cada vez menos nas gerações mais novas.

As categorias de inserção socioprofissional – mais ou menos estreitamente articuladas com os recursos económicos e culturais detidos pelas pessoas ou por elas provavelmente alcançáveis, com os círculos de relacionamento social, com os meios sociais de origem e com os percursos de vida trilhados – constituem bons indicadores de quadros de condicionamentos e possibilidades socialmente vigentes que, em geral, exercem bastante influência nas disposições, competências e práticas dos indivíduos e dos grupos. Não seria de esperar que o domínio da literacia fosse excepção, que estivesse ao abrigo de tais influências. De forma conexas, mas em sentido causal inverso, os recursos de literacia de que as pessoas são portadoras, ou não, surgem, eles próprios, como meios de conseguir, ou de ver inviabilizado, o acesso a determinadas posições sociais. Em síntese, os lugares ocupados na estrutura de classes e as trajectórias sociais percorridas ao longo da vida constituem parâmetros de referência extremamente significativos, a relacionar analiticamente com os padrões de literacia da população. Importa, por isso, antes de mais, caracterizar deste ponto de vista a população em estudo. Em fases seguintes do trabalho examinar-se-ão vários tipos de relações destas variáveis com indicadores de literacia de diversos tipos, directos e indirectos.

Do conjunto dos inquiridos, 60% exercem actividade profissional (Gráfico 2.5). Nos 40% restantes, a repartição faz-se por segmentos de dimensões não muito diferentes umas das outras. Os sectores de reformados,

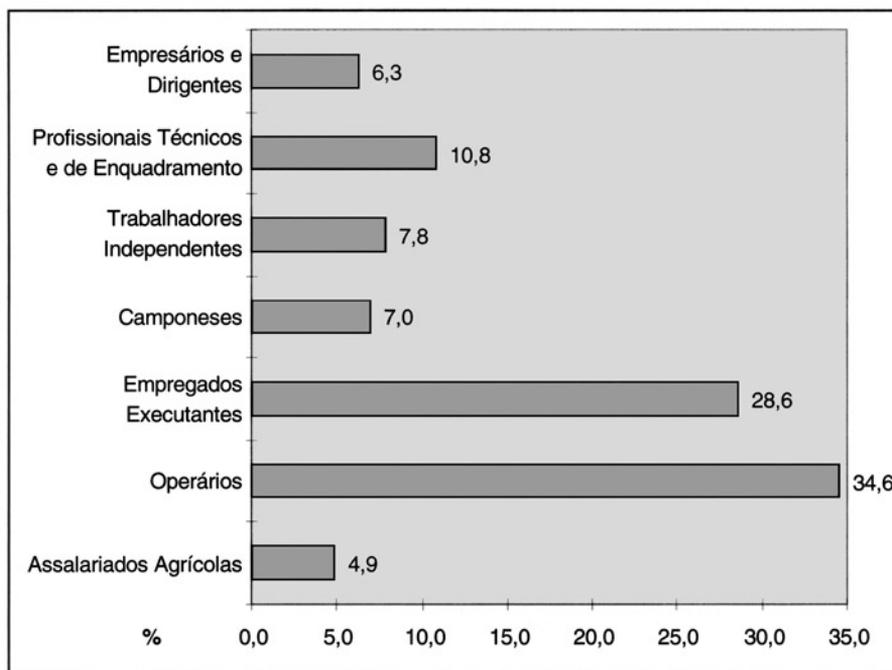
desempregados, estudantes e domésticas rondam, cada um deles, na amostra, entre os 8% e os 10%.

Gráfico 2.5: Condição perante o trabalho



Mas, em termos de composição de classe, avaliada primeiramente através de indicadores socioprofissionais, importa ter em conta que muitos dos que actualmente não exercem profissão já tiveram actividade profissional. É o caso dos reformados, de uma parte importante dos desempregados e mesmo de alguns estudantes e de algumas domésticas. Ao todo, no conjunto dos inquiridos, aqueles que têm ou tiveram ocupação profissional atingem cerca de 83%. Desses, o Gráfico 2.6 mostra como se distribuem por classes sociais.

A maior parte localiza-se em duas grandes categorias de assalariados de base, sem qualificações escolares e profissionais elevadas e sem posição de chefia nas organizações em que trabalham. Uma delas é a dos operários industriais, oficinais e dos transportes, categoria social predominantemente masculina e que, após crescimento gradual ao longo de várias décadas, começa agora a reduzir um pouco o peso relativo na estrutura social portuguesa, embora permaneça muito importante. A outra é a dos empregados executantes de escritórios, comércio e serviços, estes em crescimento absoluto e percentual correspondente às dinâmicas de terciarização da economia, e onde se verifica um peso muito maior de mulheres, que têm vindo a concretizar em grande parte nesta categoria o acentuado aumento a que se assiste no país da sua presença na esfera profissional. Se lhes adicionarmos os assalariados agrícolas, lugar social que de há trinta anos para cá passou rapidamente do mais numeroso para a quase extinção, encontramos quase 70% das pessoas.

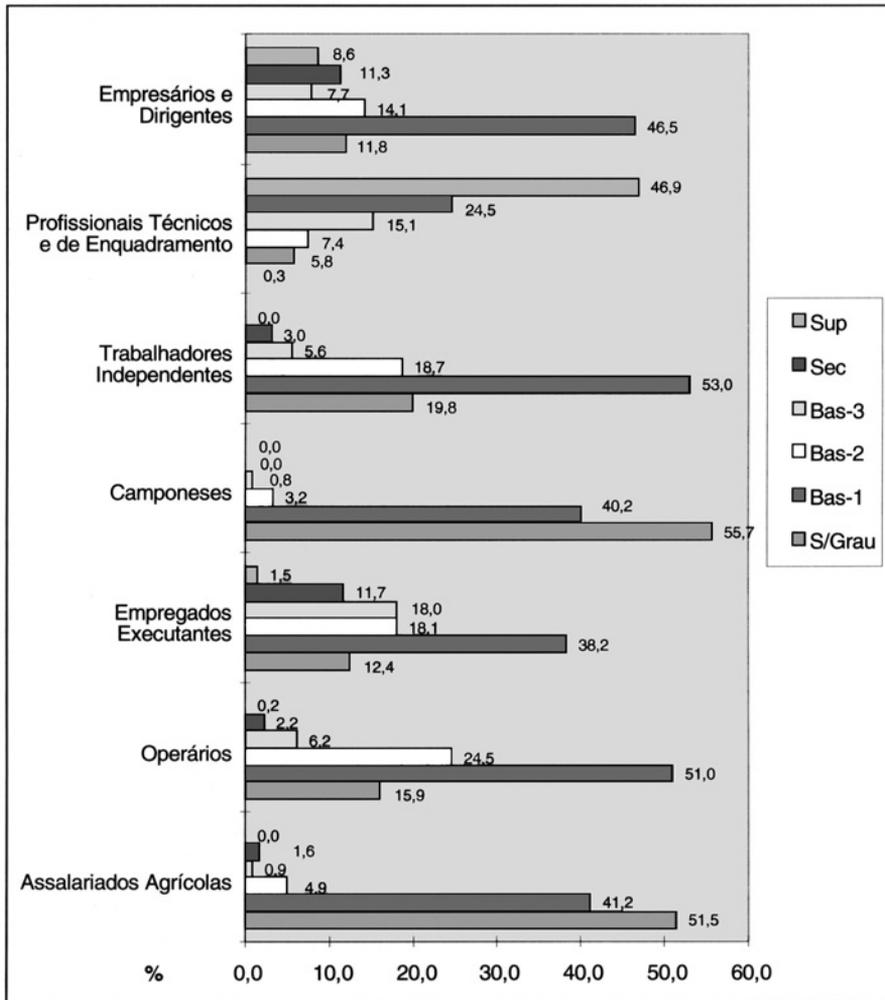
Gráfico 2.6: Classes sociais

Das restantes 30%, cerca de metade distribui-se em partes aproximadamente iguais pelos lugares sociais correspondentes à pequena propriedade e ao trabalho por conta própria na agricultura, por um lado, e, por outro, no pequeno comércio, nas actividades artesanais e oficinais, e na prestação de serviços, muitas vezes em unidades económicas de carácter familiar. Cerca de 6% são empresários, de grande e, sobretudo, de pequena ou média dimensão, gestores de empresas, dirigentes estatais e directores de serviços públicos. Os profissionais técnicos e de enquadramento, basicamente assalariados com qualificações escolares e profissionais elevadas ou com posições de chefia intermédia nas organizações, técnicos e quadros médios ou superiores, atingem perto dos 11%, valor que representa um crescimento significativo nas últimas décadas mas que se encontra muito longe do que caracteriza as estruturas sociais dos países mais avançados da Europa.

Os níveis de escolaridade da população não são independentes da respectiva composição socioprofissional. Pelo contrário, os recursos escolares são uma importante dimensão constitutiva da estrutura de classes e a pertença de classe condiciona de forma mais ou menos pesada as oportunidades de educação escolar. O Gráfico 2.7 mostra como cada classe social tem associado um perfil de escolaridades específico.

Nos camponeses e nos assalariados agrícolas predomina a ausência de qualquer grau de ensino completo e, a seguir, o 1º ciclo do ensino básico. Nos operários e nos trabalhadores independentes a fracção largamente maioritária é a dos que possuem o 1º ciclo do ensino básico. Também nos empregados executantes e nos empresários e dirigentes é esse o segmento modal. Mas nos primeiros aparecem já, em percentagens minimamente relevantes, aqueles que fizeram outros ciclos do básico ou o secundário, enquanto que nos segundos se diferencia uma fracção, ainda que relativamente pequena, de diplomados pelo ensino superior. Em contraste, nos profissionais técnicos e de enquadramento o ensino superior predomina largamente.

Gráfico 2.7: Graus de ensino por classes sociais



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

As estratégias de vida e as práticas sociais das pessoas, famílias e grupos – nos vários aspectos em que se desdobram, incluindo os relacionados com a literacia – são configuradas, de forma considerável embora não exclusiva nem linear, pelos lugares ocupados na estrutura social e, também, pelas trajectórias sociais, nomeadamente pelo percurso feito a partir dos meios sociais de origem. As duas vertentes, aliás, estão relacionadas. Analisadas em conjunto, permitem caracterizar as dinâmicas de mobilidade social que têm atravessado o país (Quadro 2.3).

Quadro 2.3: Mobilidade social

Classe Social	Empresários e Dirigentes	Profissionais Técnicos e de Enquadramento	Trabalhadores Independentes	Camponeses	Empregados Executantes	Operários	Assalariados Agrícolas
Classe do Grupo Doméstico de Origem	6,2	10,7	7,8	7,0	28,5	34,7	5,0
Empresários e Dirigentes 10,9	25,4	24,6	15,4	3,5	11,3	5,8	1,3
Profissionais Técnicos e de Enquadramento 5,0	3,6	20,9	0,4	0,6	4,9	2,9	0,0
Trabalhadores Independentes 8,1	7,4	6,3	17,9	1,8	8,4	8,3	2,5
Camponeses 19,5	20,3	11,0	26,0	72,0	15,3	14,7	9,3
Empregados Executantes 15,9	5,4	19,1	8,4	4,0	22,1	17,3	5,2
Operários 26,5	24,3	14,8	24,9	4,5	24,4	38,9	13,3
Assalariados Agrícolas 14,2	13,6	3,3	6,9	13,6	13,6	12,1	68,3

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Pode observar-se, desde logo, a diferença entre a estrutura social actual e a da geração dos pais. Destaca-se uma presença agora muito menor das classes ligadas ao mundo rural e um peso bastante mais elevado das classes médias assalariadas. Além disso, verifica-se que a passagem de uma para a outra estrutura de posições sociais correspondeu a um conjunto de fluxos quer de reprodução de lugares de classe quer de mobilidade social. Os pequenos agricultores e os assalariados agrícolas actuais e, em menor grau, os operários, são provenientes, em taxas muito significativas, de grupos domésticos de origem com perfil social do mesmo tipo do de destino dos filhos. Já uma grande parte dos empregados executantes, com origem igualmente nessas

classes, tem vindo a ser protagonista de trajectos intergeracionais de migração do campo para as zonas urbanas (tal como aconteceu, aliás, com bastantes operários) e, no caso vertente, de passagem a empregos terciários, em expansão sobretudo nos postos de trabalho menos qualificados do funcionalismo, do comércio em pequenas unidades e em grandes superfícies, e dos serviços pessoais, em que tem sido preponderante o trabalho feminino. Os trabalhadores independentes, além dos que prolongaram situações familiares de origem ou daqueles cujos pais tinham empresas próprias de pequena dimensão, incluem também sectores numerosos com origem no campesinato e no operariado. Pelo seu lado, tanto para os lugares sociais de empresários e dirigentes como para os de profissionais técnicos e de enquadramento, correspondentes a classes sociais de maiores recursos e a *status* sociais mais elevados, confluem não só trajectos de continuidade de classe como outros, em proporção muito elevada, de ascensão social.

Em síntese, as transformações estruturais da sociedade portuguesa nas últimas décadas têm sido acompanhadas, a par de histórias de permanência social em situações dominantes ou subordinadas, por importantes feixes de trajectórias de mobilidade social ascendente, de maior ou menor amplitude, com frequência associadas a fluxos de mobilidade espacial. Para uns o vector de ascensão típico foi a deslocação para actividades profissionais assalariadas na indústria e nos serviços pessoais em países mais desenvolvidos ou nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Um segundo tipo de vector de suporte à mobilidade ascendente foi a via empresarial, muitas vezes limitada a unidades económicas de reduzida dimensão, mas conseguindo em alguns casos importantes acumulações de capitais. Outros percursos ascensionais apoiaram-se tipicamente, pelo seu lado, no vector da escolarização, quer em versões de menor amplitude ascendente, com aquisição de graus do ensino básico ou secundário, quer de maior alcance, através do ensino superior. Estranho seria que os padrões de literacia observáveis e o lugar desses padrões nos modos de vida experimentados ou ambicionados – tal como aspectos afins, desde a procura de formação escolar ou a falta dela, até aos percursos de escolarização, às práticas de autodidactismo e às aprendizagens informais – não estivessem estreitamente interligados com este conjunto de trajectórias sociais.

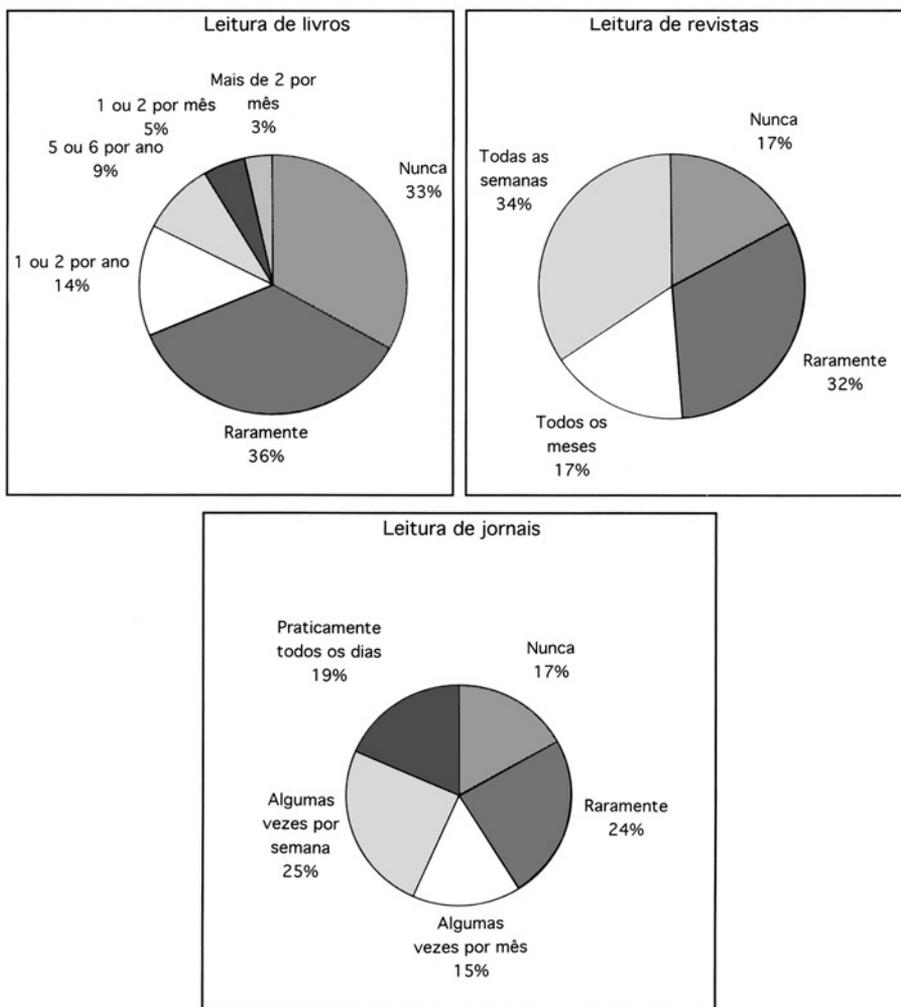
2.2. Práticas de leitura, escrita e cálculo

Um dos indicadores do grau de literacia da população é constituído pelas práticas de leitura, escrita e cálculo. O questionário aplicado às pessoas inquiridas incluía perguntas sobre o assunto. É claro, pois, que não se tratou, nesta componente do estudo, de uma observação directa de situações de processamento de informação escrita mas sim da recolha de declarações dos entrevistados sobre as suas próprias práticas. Pode haver distância entre as declarações e as práticas, por diversos motivos bem conhecidos da investigação em ciências sociais. Motivos que vão desde os efeitos de rigidez classificatória introduzidos pelas modalidades de resposta propostas e dos eventuais desajustamentos de categorias e de linguagem na comunicação entre investigadores e entrevistados, até aos efeitos de desejabilidade social, em que as pessoas podem ser levadas a responder de acordo com o que acham que é esperado ou recomendável, ou aos processos de reinterpretação dos acontecimentos e selectividade das memórias que permanentemente acontecem no decurso da existência social. Os dados obtidos devem ser interpretados tendo tudo isto em conta. Mas não perdendo de vista, também, que este tipo de procedimento é extremamente comum no estudo dos fenómenos sociais e que, com os devidos cuidados na concepção dos instrumentos, na observação de campo e na análise dos resultados, permite em geral chegar a informações significativas².

Posta esta advertência preliminar, verifica-se que apenas 13,1% dos inquiridos declararam estar a ler um livro, na altura em que foi aplicado o inquérito.

É possível, com o Gráfico 2.8, aprofundar a questão das práticas de leitura de texto impresso, nos seus suportes formais mais importantes: livros, revistas e jornais. Verifica-se que, mesmo com uma pergunta menos restritiva que a anteriormente referida, a frequência declarada de leitura de livros assume valores muitíssimo baixos. Só 9% dos indivíduos auscultados dizem ler em média um livro ou mais por mês. Praticamente 70% nunca ou raramente lêem livros. Quanto às revistas, a situação é um tanto diferente. Cerca de 35% das pessoas afiançam ler revistas todas as semanas, o que, não

² Eduardo de Freitas e Maria de Lourdes Lima dos Santos, "Inquérito aos hábitos de leitura", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 10, 1991; "Leituras e leitores II. Reflexões finais em torno dos resultados de um inquérito", *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 11, 1992.

Gráfico 2.8: Leitura de livros, de revistas e de jornais

sendo um valor alto, indicia um outro plano das práticas de leitura. Em todo o caso, perto de 50% das pessoas nunca ou raramente lê revistas. Quanto aos jornais, a situação parece de novo bastante deficitária. Apenas 19% da amostra inquirida da população em estudo declara ter o hábito de ler jornais diariamente. Juntando os que dizem ler jornais em regra algumas vezes por semana não se passa dos 45%. Por outro lado, segundo estes dados, mais de 40% nunca ou raramente lêem jornais.

As variações destas práticas de leitura, consoante o grau de ensino e o sexo dos entrevistados, podem analisar-se com base no Gráfico 2.9. O principal efeito da passagem da inexistência de grau de ensino para a detenção do 1º ciclo do ensino básico parece ser, tão-somente, uma descida acentuada das declarações de nunca ler livros, revistas ou jornais a favor das de os ler raramente. No caso dos jornais começa aí a surgir alguma maior frequência de leitura.

A leitura de livros continua a revelar-se rara para a maioria dos possuidores dos outros ciclos do ensino básico ou do ensino secundário. Nestes últimos, no entanto, começa a aparecer um segmento minimamente significativo de leitores de um ou mais livros por mês. Mas estes só se tornam preponderantes, e mesmo assim apenas em 35,0% dos casos, para os respondentes que fizeram o ensino superior. A leitura semanal de revistas, pelo seu lado, torna-se a prática mais referida logo a partir do 2º ciclo do ensino básico, crescendo regularmente com o grau de ensino. Quanto à leitura de jornais, para além do já referido, observa-se uma inflexão maior na frequência das práticas de leitura a partir do 3º ciclo do ensino básico: a leitura diária ou, pelo menos, algumas vezes por semana, passa a ser maioritariamente referida, crescendo até aos possuidores do ensino superior.

Curiosamente, estas práticas de leitura são bastante diferenciadas segundo o sexo. As mulheres lêem mais livros e, sobretudo, lêem muito mais revistas. O sector mais numeroso das mulheres, ultrapassando os 40%, é o das que declaram ler revistas todas as semanas. Pelo contrário, são os homens que lêem mais jornais.

É frequente, hoje em dia, confrontar os hábitos de leitura com os de ver televisão. Refira-se, antes de mais, que, de acordo com os resultados da pesquisa, a distribuição dos entrevistados pelo número de horas de visionamento televisivo é o seguinte: 57% declaram ver televisão até duas horas diárias, 35% referem três a quatro horas e 8% chegam às cinco horas ou mais. A média global é de 2,5 horas por dia. Verifica-se ainda que o número de horas médio passado a ver televisão tende a ser inversamente proporcional à idade e, em termos de escolaridade, atinge o pico máximo nos possuidores do 2º ciclo do básico.

Gráfico 2.9: Leitura de livros, revistas e jornais por graus de ensino e sexo

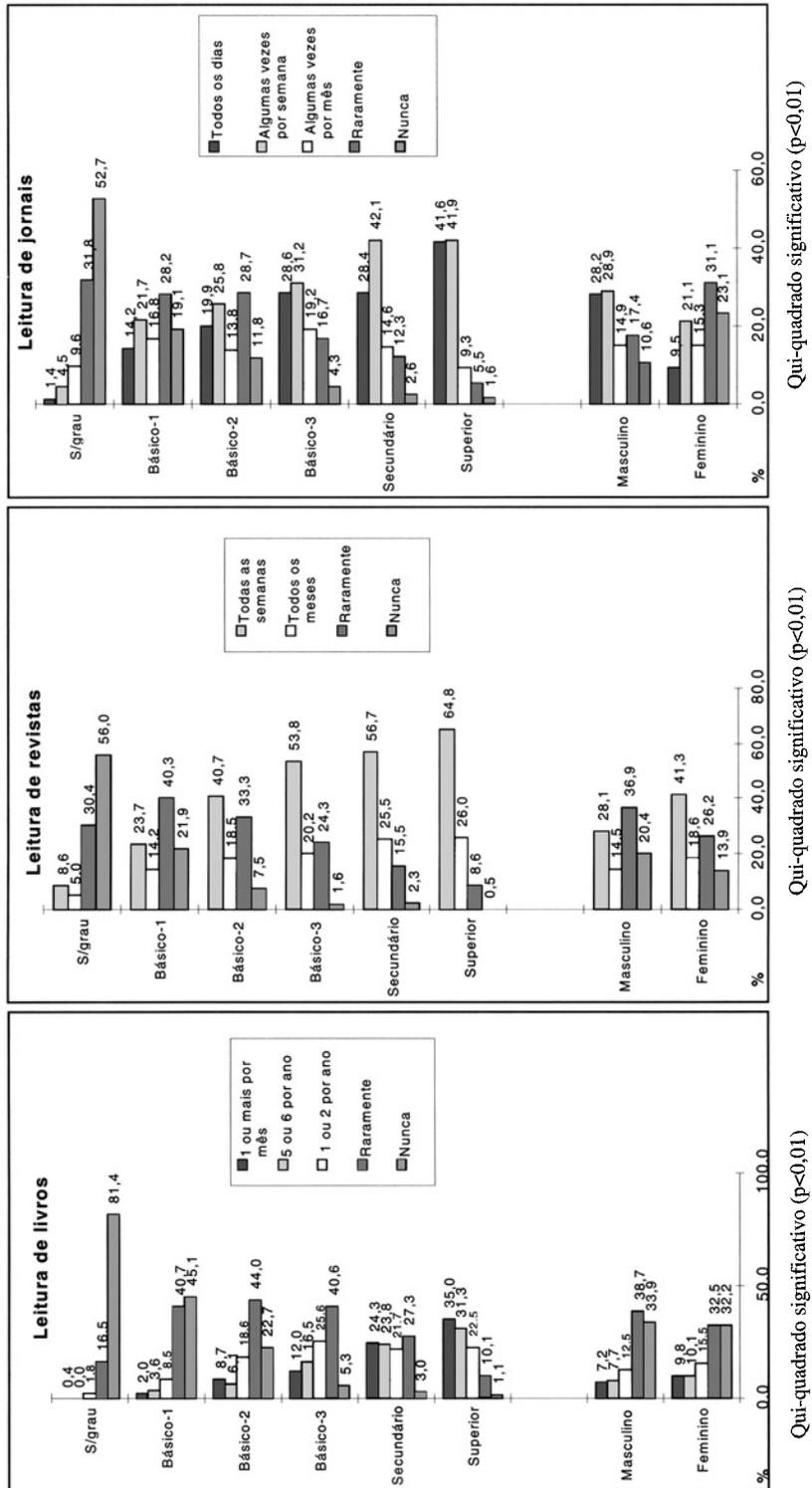
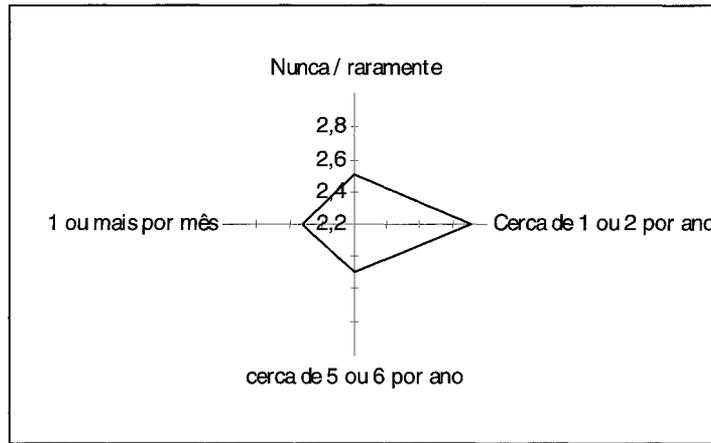


Gráfico 2.10: TV - nº de horas diárias (médias) por frequência de leitura de livros



Diferenças entre as médias significativas ($p < 0,01$)

Pode ser interessante relacionar dados anteriores, quanto à frequência de leitura de material impresso no sentido mais formal e culturalmente mais dignificado, em especial a leitura de livros, com o número de horas de televisão que os respondentes vêem em média por dia. Será a televisão concorrente ou complementar, desmotivadora ou estimuladora das práticas de leitura, nomeadamente de livros? Uma resposta fundamentada exigiria estudos específicos a este respeito. Em todo o caso, a presente pesquisa fornece alguns elementos. O Gráfico 2.10 revela que são os que, embora declarando ler livros, o fazem com uma frequência muito reduzida (apenas um ou dois por ano) aqueles em que as médias de assistência diária à televisão aparecem mais elevadas. Por outro lado, o Gráfico 2.11 mostra que é precisamente a televisão que constitui o principal suporte de práticas de leitura informais no quotidiano, em concreto na leitura de legendas de filmes ou outros elementos escritos que nela passam.

A análise da literacia de uma população remete para o conjunto de situações do quotidiano que requerem o processamento de informação escrita. Nos quadros de vida contemporâneos, grande parte da capacidade de enfrentar satisfatoriamente uma infinidade de pequenos episódios recorrentes, praticamente incontornáveis no decurso do dia-a-dia (por exemplo, consultar um horário de transportes públicos ou uma lista telefónica, fazer compras domésticas ou movimentar uma conta bancária), ou de realizar cer-

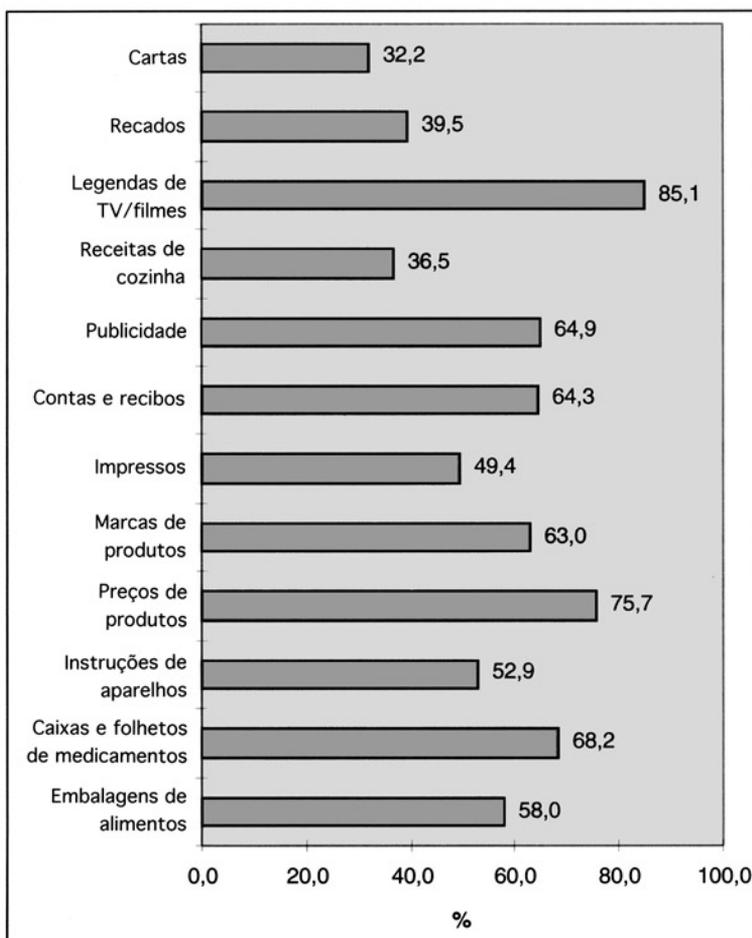
tos actos pontuais mas com implicações decisivas para a vida de cada um (como a candidatura a um emprego ou a compra de uma casa), depende da posse de competências básicas de leitura, escrita e cálculo e da respectiva utilização nessas circunstâncias.

As respostas dos inquiridos acerca de algumas das mais correntes práticas de leitura deste tipo são apresentadas no Gráfico 2.11. Verifica-se que é perante as já referidas legendas televisivas e perante os preços de produtos, estes últimos num grau um pouco inferior, que a leitura atinge o máximo de amplitude social. Uma série de outras práticas abrange uma fracção menor de pessoas, embora acima dos 50% da população entrevistada. É o caso da leitura de caixas e folhetos de medicamentos, de publicidade, de contas e recibos, de marcas de produtos, de embalagens de alimentos e, perto daquele limiar, de instruções de aparelhos. Não chegam a metade os respondentes que declaram ler habitualmente impressos, recados, receitas de cozinha e, menos ainda, cartas.

Em geral, estas taxas de leitura aumentam sistematicamente com o grau de escolaridade dos inquiridos. Apenas as referências à leitura de publicidade e de marcas de produtos sofrem uma pequena diminuição quando se chega ao ensino superior. Algo de semelhante acontece também com a leitura de legendas de TV, embora neste caso a inflexão venha logo a seguir ao terceiro ciclo do ensino básico, onde a referida prática atinge o topo: 97,6% dos possuidores desse grau de ensino dizem ler habitualmente legendas televisivas.

Em termos de classes sociais, destacam-se, de um lado, os profissionais técnicos e de enquadramento, com taxas de leitura mais elevadas para todas as situações listadas. Os empresários e dirigentes e os trabalhadores independentes também apresentam valores significativamente mais altos que a média, mas apenas no que se refere à leitura de contas e recibos, de impressos e de marcas de produtos. No outro extremo, para os camponeses as frequências de leitura são sistematicamente mais baixas para a generalidade das situações consideradas.

É no escalão etário dos 25 aos 39 anos que estas leituras do quotidiano são praticadas por maiores taxas de indivíduos. Exceptuam-se apenas as cartas, a publicidade e as legendas de TV, cuja leitura atinge percentagens mais elevadas de respondentes na faixa dos 15 aos 24 anos.

Gráficos 2.11: Práticas de leitura na vida quotidiana

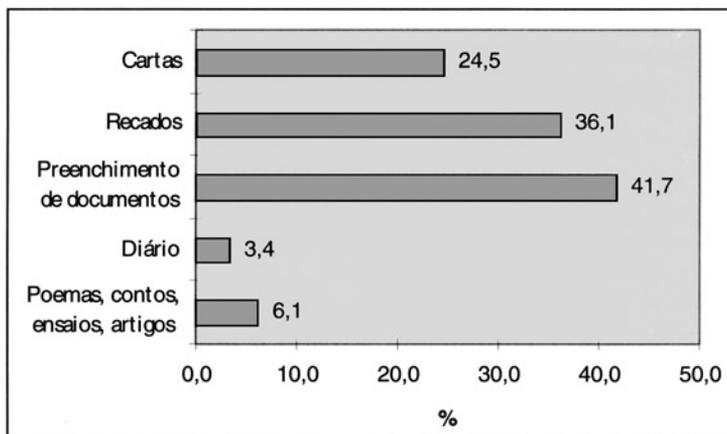
Por sexos, a maior diferença está, de longe, na leitura de receitas de cozinha. Aí, a variação é enorme. Só 9,0% dos homens dizem ler habitualmente receitas de cozinha, enquanto que tal leitura faz parte das práticas referidas por 63,3% das mulheres. É um dos aspectos em que o significado do conceito de literacia se torna mais claro. O que está em causa é o accionamento efectivo de competências de processamento de informação escrita. Essas competências são de natureza bastante genérica e transversal, mas consideradas tal como se exercem nas circunstâncias concretas e diversificadas da vida quotidiana.

Considerações análogas podem ser feitas a respeito das práticas de escrita. Como se vê no Gráfico 2.12, nenhuma das práticas consideradas é desen-

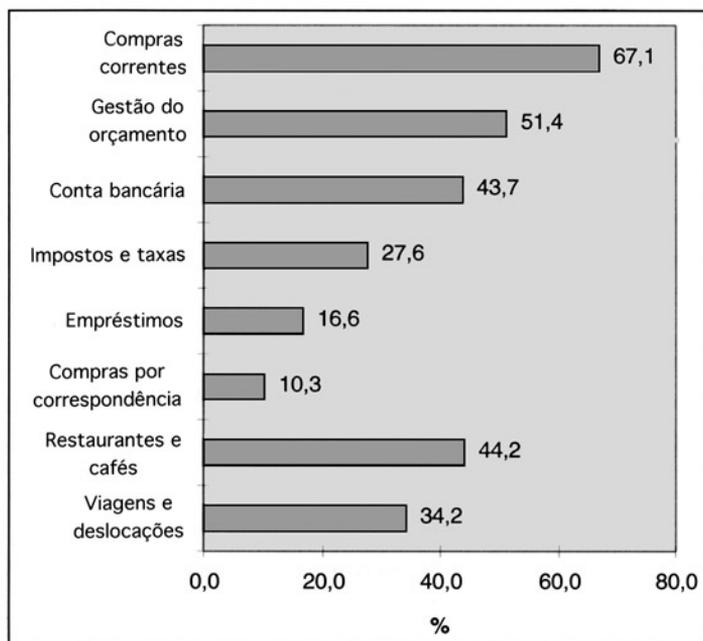
volvida de forma habitual nem sequer por metade da população em estudo. O valor mais elevado é relativo ao preenchimento de documentos. Logo a seguir vêm os recados e, depois, já ao nível só de um quarto da população, as cartas. Tudo o resto é completamente residual.

Todas estas práticas de escrita aumentam regularmente com a escolaridade dos entrevistados. Para todas elas é entre os profissionais técnicos e de enquadramento que se encontram percentagens mais elevadas. Outro valor comparativamente elevado é o dos empresários e dirigentes que preenchem documentos. As taxas mais baixas surgem de novo entre os camponeses e, no caso específico das cartas, entre os operários. Os mais novos têm percentagens um tanto maiores: quanto a documentos e recados na faixa dos 25 aos 39 anos, e, quanto a cartas, diários e textos literários ou científicos, na faixa dos 15 aos 24 anos. Estes últimos três tipos de escrita são também um pouco mais praticados pelas mulheres do que pelos homens, enquanto o contrário acontece no preenchimento de documentos.

Gráfico 2.12: Práticas de escrita na vida quotidiana



Quanto às práticas de cálculo no quotidiano, o Gráfico 2.13 mostra como as situações mais referenciadas se reportam às compras correntes. São referidas por cerca de dois terços dos inquiridos. A gestão do orçamento doméstico, as contas de restaurantes e cafés e a movimentação da conta bancária vêm a seguir, abrangendo perto de metade dos inquiridos. Todos os outros aspectos são bastante menos apontados.

Gráfico 2.13: Práticas de cálculo na vida quotidiana

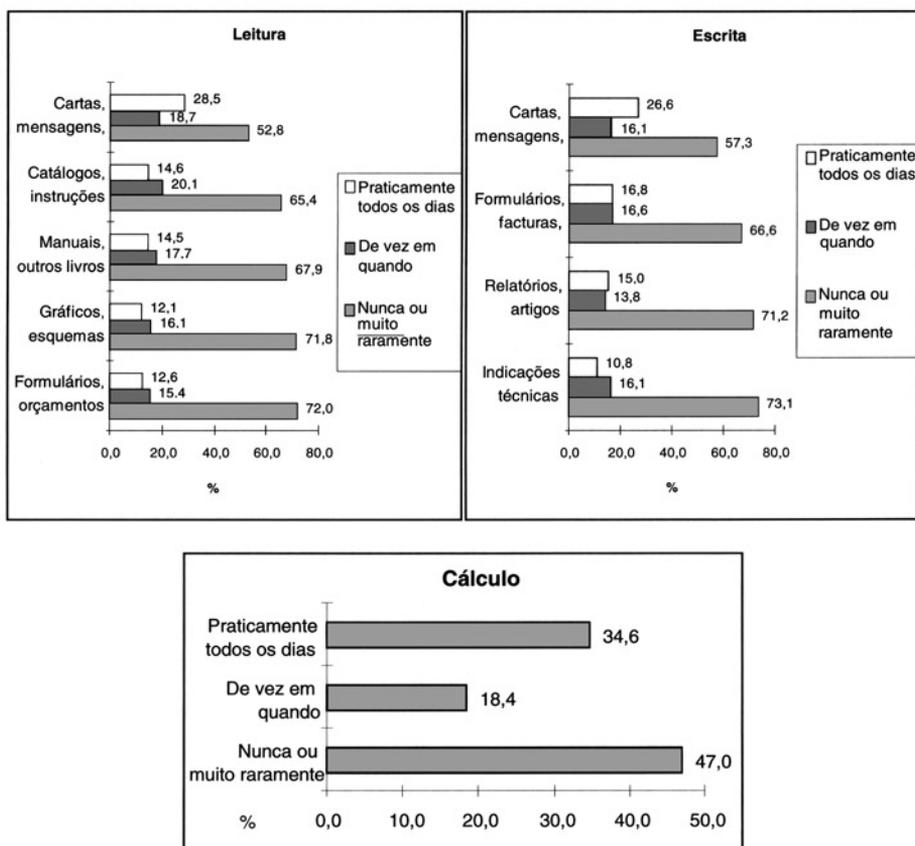
Analisando os dados por graus de escolaridade, a realização de operações de cálculo tende a ser feita no quotidiano por maiores taxas de pessoas à medida que se vai subindo de grau. Exceptuam-se três situações, as compras correntes, a gestão do orçamento doméstico e a da conta bancária, em que surgem dois picos com valores mais elevados, um no 1º ciclo do ensino básico e outro na zona do ensino secundário e superior. Estes resultados convergem com o facto de ser também nos mais jovens, da faixa dos 15 aos 24 anos, que estas três situações apresentam menores percentagens, ao passo que os máximos são claramente atingidos pelos respondentes dos 25 aos 39 anos, os quais constituem, aliás, o conjunto etário em que a prática de cálculos em todas as circunstâncias analisadas alcança as taxas mais elevadas. Estar-se-á, provavelmente, perante um efeito de ser nesse escalão de idades que se situam mais pessoas na vida activa e com responsabilidades familiares. Não é surpresa que seja entre os empresários e dirigentes e os profissionais técnicos e de enquadramento que estas práticas de cálculo surjam mais largamente declaradas, e tendencialmente menos entre os camponeses. Nem que, em proporção, haja mais mulheres a fazer cálculos na gestão do orçamento doméstico, nas compras correntes e nas compras por correspondência, em contraposição a percentagens superiores de homens que os reali-

zam na gestão da conta bancária, em restaurantes e viagens, e em situações relativas a impostos e empréstimos.

No conjunto, estes resultados parecem sugerir que, no exercício de competências de literacia na vida quotidiana, as diferenças socialmente observáveis nas práticas de leitura e escrita são mais marcadas pelas desigualdades de formação escolar do que as de cálculo, enquanto estas últimas se mostram ainda mais sensíveis do que as primeiras ao efeito directo das inserções sociais.

A vida profissional constitui um dos domínios em que a análise dos padrões de literacia apresenta maior relevância. As relações estabelecem-se nos dois sentidos. As competências que se possuem no domínio da literacia condicionam ou potenciam quer o acesso a determinadas actividades profes-

Gráfico 2.14: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional



sionais quer o respectivo desempenho. Por outro lado, as práticas profissionais e os contextos do seu exercício não deixarão, em muito casos, de gerar desenvolvimentos ou atrofiamentos dessas competências.

O Gráfico 2.14 mostra a frequência de práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional, tal como foi declarada pelos entrevistados que, à data do inquérito, se encontravam inseridos na esfera profissional.

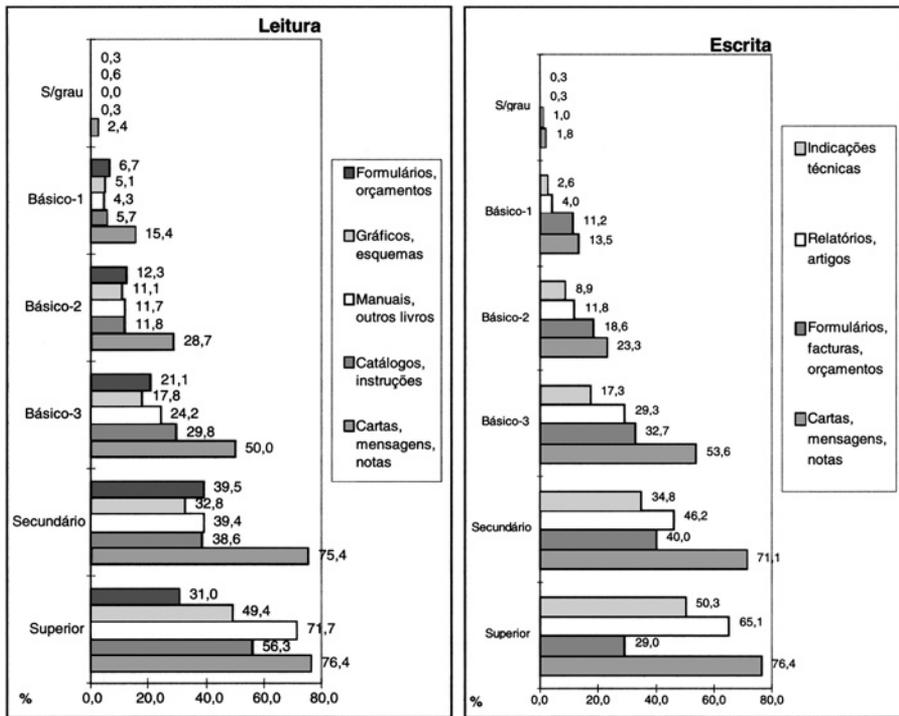
A maioria das pessoas revela que só muito raramente desenvolve práticas deste tipo no desempenho das actividades profissionais. Os valores, apesar de tudo um pouco mais elevados, vão para a leitura e escrita de pequenos textos tais como cartas, mensagens e notas diversas, e para a realização de cálculos aritméticos. Cerca de 30% dos entrevistados – um pouco menos na leitura e escrita desses textos e um pouco mais no cálculo – fazem-no praticamente todos os dias no quadro da actividade profissional. Todos os outros suportes de leitura e escrita obtêm valores ainda mais baixos.

As práticas de leitura, escrita e cálculo na esfera profissional apresentam variações extremamente significativas com o grau de ensino e com a classe social. O Gráfico 2.15 evidencia as diferenças segundo o grau de ensino. O crescimento com a escolaridade é regular e acentuado, em termos gerais, para o conjunto dos tópicos considerados. Apenas a leitura e a escrita de formulários, facturas e orçamentos, juntamente com o cálculo, sofrem uma pequena inflexão descendente quando se passa dos possuidores do ensino secundário para os que fizeram o ensino superior.

Os profissionais técnicos e de enquadramento são aqueles em que a leitura e a escrita, na quase totalidade dos modos e suportes assinalados, é utilizada na actividade profissional de forma praticamente diária por maiores percentagens de indivíduos. A seguir surgem os empresários e dirigentes, em geral com valores já bastante mais baixos. Exceptuam-se o cálculo e um domínio de leitura e escrita com ele frequentemente relacionado, o dos formulários, facturas e orçamentos, em que as mais altas percentagens se encontram entre os empresários e dirigentes.

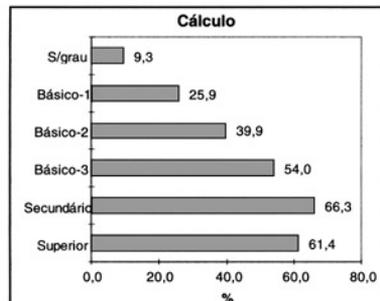
Um segundo conjunto engloba trabalhadores independentes e empregados executantes. As taxas de leitura, escrita e cálculo estão aqui a um nível percentual muito menor, mas com um mínimo de significado. Exceptua-se de novo o cálculo, em especial para os trabalhadores independentes, onde

Gráfico 2.15: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por graus de ensino (% de respostas a “praticamente todos os dias”)



Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)



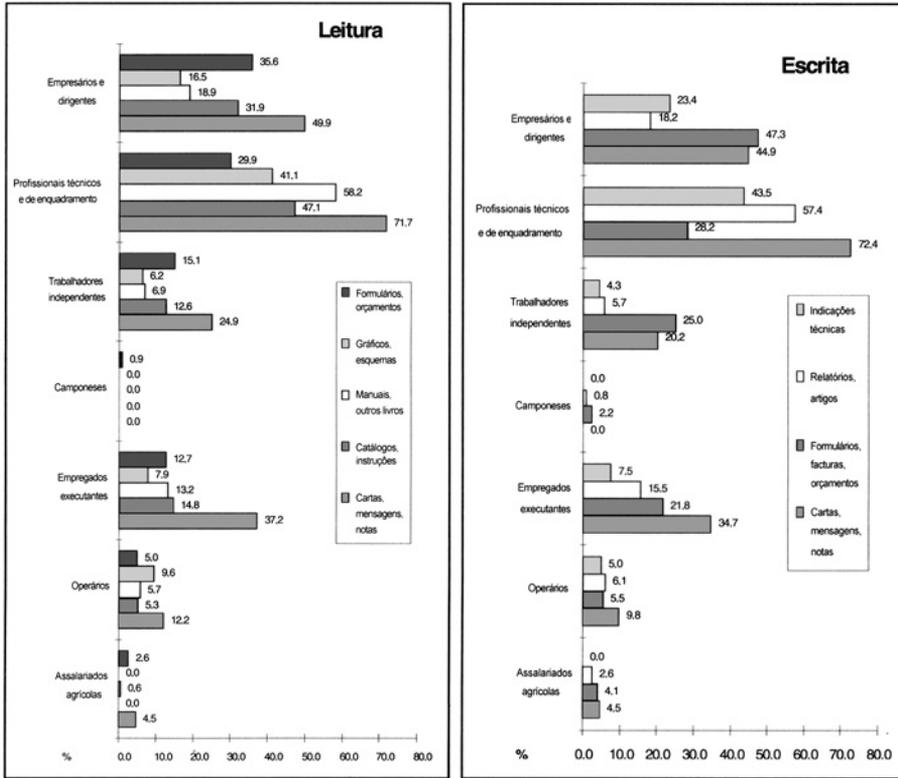
Qui-quadrado significativo ($p < 0,01$)

as operações aritméticas têm presença mais ampla, muito provavelmente também aqui ligadas sobretudo a cálculos relativos a transacções comerciais ou à gestão das respectivas actividades.

A quase totalidade dos operários e, ainda em grau mais extremo, dos camponeses e dos assalariados agrícolas, parece em geral não recorrer, pura e simplesmente, a práticas de leitura, escrita e cálculo no exercício da sua actividade profissional.

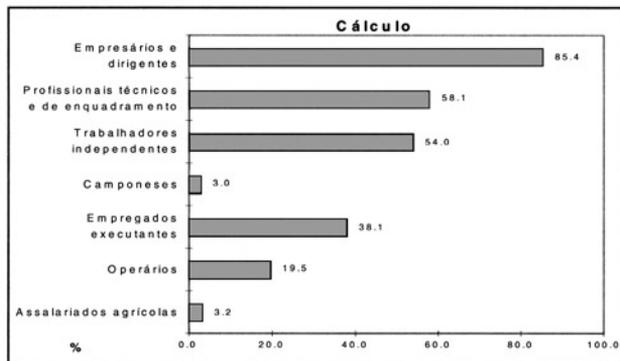
Quanto às classes sociais, o Gráfico 2.16 permite verificar que, também neste plano, aliás relacionado em parte com o anterior, a amplitude das diferenças nas práticas de leitura, escrita e cálculo relativas à actividade profissional é muitíssimo acentuada. Mostra, igualmente, que essas práticas tendem a configurar-se segundo perfis socioprofissionais bastante específicos.

Gráfico 2.16: Práticas de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional por classes sociais (% de respostas a “praticamente todos os dias”)



Qui-quadrado significativo (p <0,01)

Qui-quadrado significativo (p <0,01)

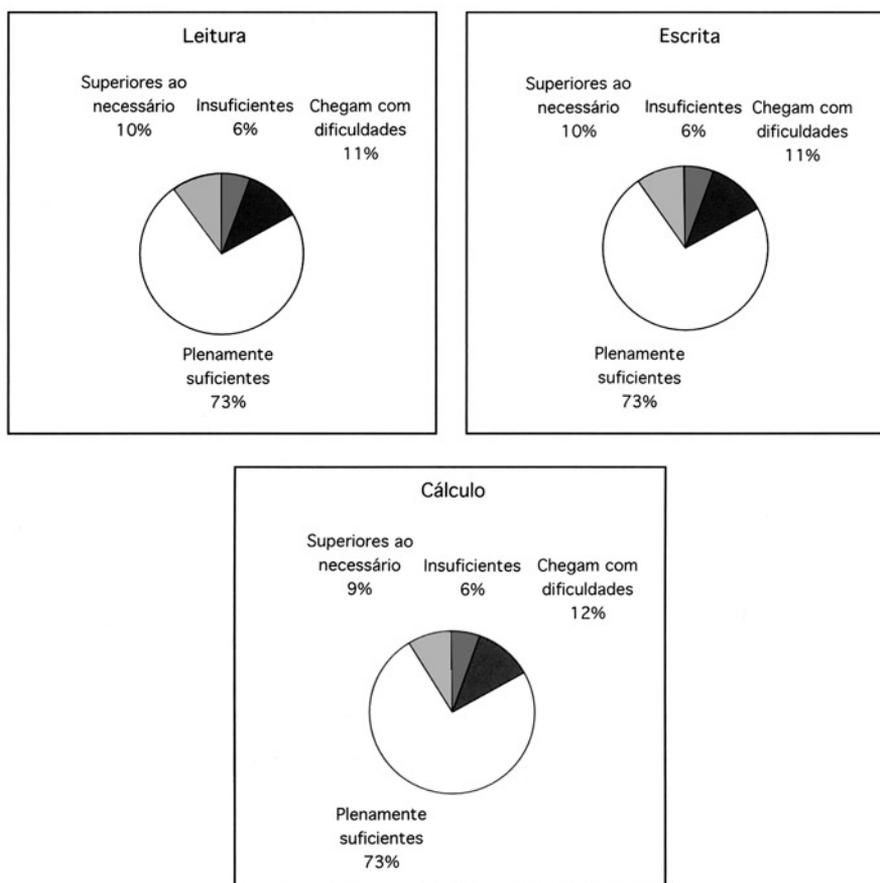


Qui-quadrado significativo (p <0,01)

2.3. Auto-avaliação de literacia

Perante as profundas diferenças atrás constatadas quanto às práticas de leitura, escrita e cálculo em contexto profissional, podem ser surpreendentes, pelo menos à primeira vista, os resultados obtidos para a auto-avaliação que os respondentes fazem, para os mesmos domínios, das suas competências no exercício da profissão.

Gráfico 2.17: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo na actividade profissional



Como é que os entrevistados avaliam as suas próprias competências no âmbito profissional? Cerca de três quartos – ou seja, uma esmagadora maioria – consideram que as competências de leitura, escrita e cálculo que possuem são plenamente suficientes para o trabalho que fazem (Gráfico 2.17).

Outros 10%, aproximadamente, declaram ter capacidades superiores ao necessário para as tarefas profissionais que desempenham. Por outro lado, só 11% ou 12% dos inquiridos indicam que as competências possuídas chegam para o trabalho corrente mas com dificuldades. Os que declaradamente consideram essas competências insuficientes, para as actividades profissionais a que estão ligados, reduzem-se a 6%.

Verifica-se uma grande homogeneidade nestas auto-avaliações, homogeneidade que tem, aliás, três vertentes. Em primeiro lugar, os resultados são praticamente idênticos para a leitura, a escrita e o cálculo, o que é sintomático de se estar mais perante padrões avaliativos culturalmente construídos do que de sistemas de práticas. Em segundo lugar, a grande maioria das pessoas responde da mesma maneira: acha as capacidades que possui plenamente suficientes para o trabalho que realiza. Este facto, além do mais, não deixa grande margem de variação, seja qual for a característica desta população segundo a qual se desdobrem os resultados. Assim, em terceiro lugar, constata-se que, de facto, há uma grande homogeneidade de avaliações a este respeito entre sexos, grupos de idades, classes sociais e graus de ensino, nomeadamente.

Tomando como exemplo o grau de ensino – variável particularmente relevante para a problemática em análise – a auto-avaliação das capacidades próprias como plenamente suficientes não se afasta muito dos 75% para quase todos os graus. Apenas entre os que não possuem nenhum grau de ensino formal esse valor se reduz para cerca de 50%, aumentando as auto-avaliações mais negativas. No outro extremo, entre os que possuem o ensino superior, o que há de mais significativo a assinalar é um valor um tanto acima da média dos que acham ter níveis de literacia superiores ao necessário para o trabalho que fazem: perto dos 25%.

Procurando interpretar de modo articulado estes resultados de auto-avaliação e os resultados anteriores sobre práticas, talvez não seja, afinal, tão estranho que, relativamente à esfera profissional, perfis de práticas muito desiguais correspondam a perfis de avaliações tão homogêneos. Efectivamente, não seria descabido argumentar que, perante tarefas e funções profissionais com exigências muito diferenciadas quanto ao accionamento de competências de leitura, escrita e cálculo para o respectivo desempenho, pessoas com níveis de literacia também muito diferentes tendam a avaliar o respectivo ajustamento a essas actividades profissionais, em termos de literacia, de forma equiva-

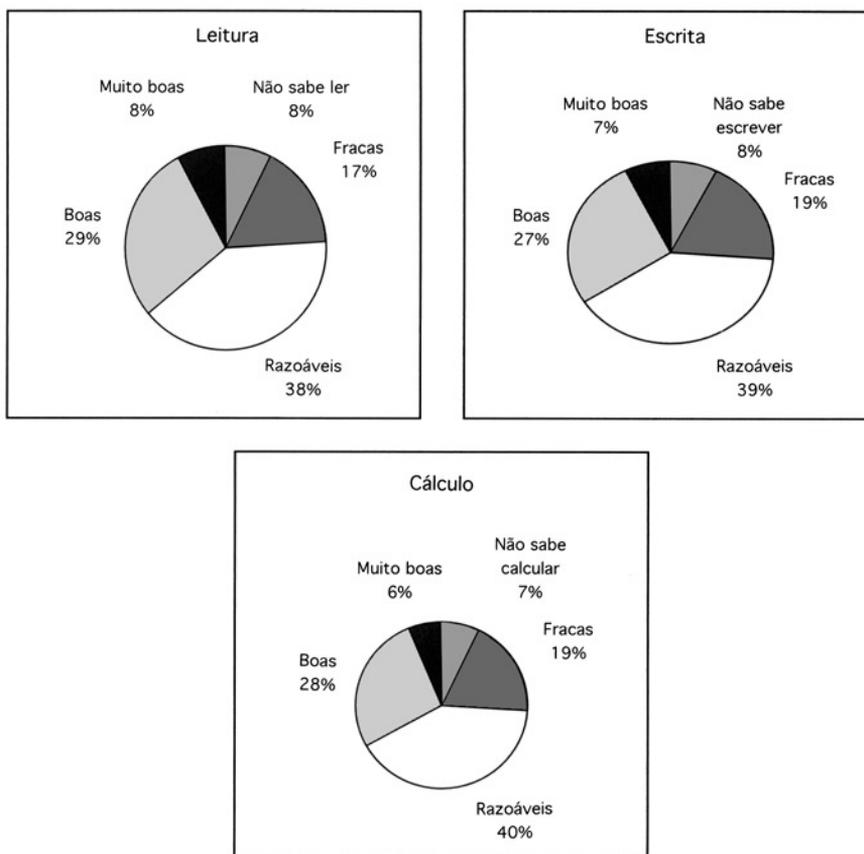
lente. Competências diferentes face a exigências diferentes conduziram assim a graus de ajustamento semelhantes. Em todo o caso, o que não há dúvida que se gera são, de facto, auto-avaliações bastante homogêneas.

Compreende-se, além do mais, a relutância das pessoas em admitirem ter menos competências do que as plenamente suficientes, no plano da literacia como noutros, para o desempenho das actividades profissionais que exercem. E compreende-se, também, a dificuldade de conceberem outras modalidades de exercício dessas actividades em moldes enriquecidos pela posse, neste domínio, de níveis de competências mais elevados.

A abordagem da literacia em termos de auto-avaliação de competências – tal como a análise da formação escolar e a das práticas declaradas, que atrás se apresentaram, e como a avaliação directa, de que adiante se tratará – é uma das estratégias de pesquisa que têm sido utilizadas nesta área, constituindo um ângulo de exame da literacia complementar desses outros e não menos relevante que eles.

Viu-se já o perfil das auto-avaliações que se obtêm quando está em causa a referência a uma esfera social específica, a das actividades profissionais. Mas como é que, em termos mais gerais, as pessoas entrevistadas auto-avaliam os seus níveis de literacia? Como é que se autoposicionam nas hierarquias globais de competências que se configuram socialmente neste domínio?

As respostas obtidas a esta questão são bastante diferentes das anteriores. O Gráfico 2.18 revela que, embora se mantenha uma grande homogeneidade entre domínios de literacia (as percentagens são semelhantes para leitura, escrita e cálculo), verifica-se agora, ao mesmo tempo, uma distribuição bastante repartida dos respondentes por graus auto-atribuídos de competências. As posições menos referidas correspondem aos extremos superior e inferior: entre 6% e 8% consideram que as respectivas capacidades são muito boas e, por outro lado, 7% a 8% declaram não saber ler, escrever ou contar. As fracções mais numerosas escalonam os inquiridos da seguinte maneira: aqueles cuja auto-avaliação situa as capacidades próprias, neste domínio, a um nível fraco (abrangendo 17% a 19% das pessoas); os que as consideram razoáveis (entre 38% e 40% de indivíduos); e os que acham ter boas capacidades de leitura, escrita e cálculo (na ordem dos 27% a 29% de respondentes).

Gráfico 2.18: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo

Além disso, as variações nos níveis de literacia auto-avaliados também são muito significativas segundo diferentes categorias sociais, nomeadamente segundo as faixas etárias, as classes sociais e os graus de ensino. Exceptuam-se os resultados por sexo, muito semelhantes entre si.

As auto-avaliações de capacidades de leitura e escrita a níveis de muito boas e boas são mais elevadas nos jovens dos 15 aos 24 anos, enquanto as maiores percentagens de auto-avaliações das respectivas capacidades como fracas ou nenhuma se situam na faixa dos mais velhos dos inquiridos, os de 55 a 64 anos. Por exemplo, a declaração de que pura e simplesmente não sabem ler ou escrever abrange cerca de 24% destes últimos, ao passo que nas outras categorias etárias vai descendo da ordem dos 7% para a dos 3%. Para as capacidades de cálculo a situação geral é análoga, com uma variante: enquanto as auto-avaliações de capacidades muito boas são também per-

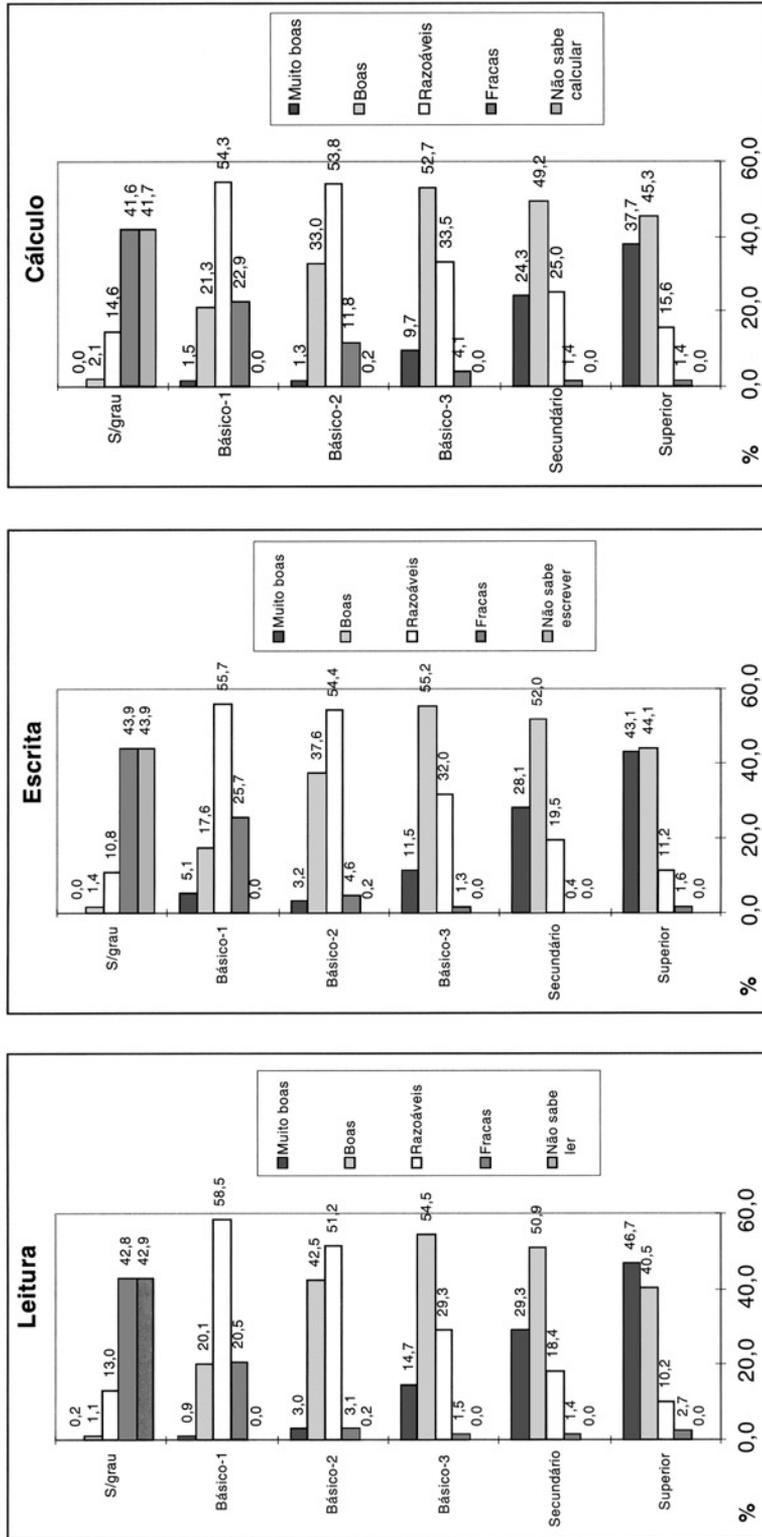
centualmente mais numerosas entre os mais novos (dos 15 aos 24 anos), já as percentagens mais elevadas dos que as consideram boas ou razoáveis encontram-se na faixa etária seguinte (dos 25 aos 39 anos), embora pouco se distinguindo dos mais jovens.

As diferenças por classes sociais também são importantes. Em todos os domínios, é claramente entre os camponeses e os assalariados agrícolas que surgem os máximos de autoposicionamento nos níveis de fracas ou nenhuma competência de literacia. Quem também claramente se destaca, mas no lado das auto-avaliações de competências como boas ou muito boas, são os profissionais técnicos e de enquadramento. As maiores percentagens de avaliações das capacidades próprias de leitura, escrita e cálculo no plano intermédio (“razoável”, segundo a escala utilizada) incluem, regra geral, tanto operários industriais e empregados executantes como trabalhadores independentes, empresários e dirigentes.

Por último, quanto às diferenças de auto-avaliações consoante os graus de ensino, o Gráfico 2.19 evidencia com nitidez a intensidade e a regularidade das variações. Entre os que não possuem qualquer grau de ensino formal predominam as auto-avaliações de nenhuma ou fracas competências de literacia. Para os que têm o 1º ciclo do ensino básico, a auto-avaliação é esmagadoramente a de capacidades razoáveis. Nos que fizeram o 2º ciclo do ensino básico sobressai também a auto-avaliação de capacidades razoáveis, mas acompanhada por percentagens significativas de respondentes que acham ter boas capacidades de leitura, escrita e cálculo. Os possuidores do 3º ciclo do ensino básico autoposicionam-se sobretudo nesse nível das capacidades boas. Para os que têm o ensino secundário predomina também a auto-avaliação das capacidades como boas, surgindo a seguir, em percentagens significativas, a de muito boas. Finalmente, os possuidores de diplomas do ensino superior distribuem-se basicamente em parte iguais entre os que auto-avaliam as suas competências de literacia a nível bom e os que as situam a nível muito bom.

Como se viu atrás, quando as auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo eram contextualizadas, de forma específica, por referência às actividades profissionais desenvolvidas, as declarações situavam-se predominantemente no nível da plena suficiência e o perfil das respostas era de homogeneidade. Agora, numa auto-avaliação geral de literacia, o perfil é de estratificação.

Gráfico 2.19: Auto-avaliações de capacidades de leitura, escrita e cálculo por graus de ensino



Qui-quadrado significativo (p < 0,01)

Qui-quadrado significativo (p < 0,01)

Qui-quadrado significativo (p < 0,01)

O contexto implícito de referência passou, com toda a probabilidade, a ser muito mais o conjunto das distribuições sociais de competências, tal como estão culturalmente presentes nas representações simbólicas dos inquiridos. E é verosímil que os padrões de avaliação se reportem, aqui, mais aos ajustamentos ou desfasamentos entre possibilidades virtuais e capacidades efectivas, numa perspectiva lata de relação entre trajectória pessoal e universo social, do que a ajustamentos ou desfasamentos entre práticas e funções, em contexto imediato e circunscrito.

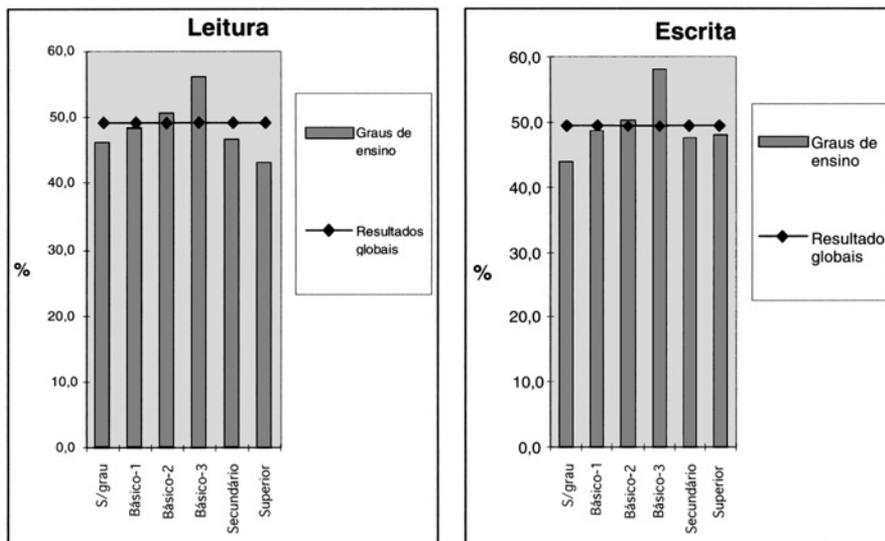
Deste modo, a auto-avaliação dos próprios inquiridos acaba por se mostrar, em termos genéricos, bastante realista. Oferece um panorama de estratificação social no domínio da literacia paralelo a distribuições igualmente estratificadas que se encontram pela via de outros tipos de análises (de recursos escolares, de declarações sobre práticas de leitura, escrita e cálculo, de provas directas), e fortemente associado aos sistemas de diferenças e desigualdades sociais que caracterizam a população analisada.

No entanto, se a auto-avaliação de literacia se apresenta fortemente hierarquizada, auto-posicionando-se os respondentes a diferentes níveis de competências, isso não se traduz linearmente em aspirações a melhorar as capacidades em causa. Com efeito, a população inquirida divide-se ao meio a tal respeito. Cerca de 50% gostariam de melhorá-las, os outros 50% não se mostram interessados.

Neste aspecto a variação por classes sociais não é muito grande. Só os camponeses têm aqui aspirações um tanto abaixo da média (na ordem dos 30%). Estas aspirações a níveis mais elevados de literacia decrescem regularmente com a idade, de valores perto dos 60% nos mais novos até valores na casa dos 30% para os mais velhos. As mulheres apresentam valores um pouco acima dos homens: cerca de 5 ou 6 pontos percentuais. Por grau de ensino (Gráfico 2.20), as variações também não são enormes. O pico das aspirações à melhoria das capacidades de leitura, escrita e cálculo situa-se em zonas intermédias de escolarização, no 2º e, sobretudo, no 3º ciclo do ensino básico.

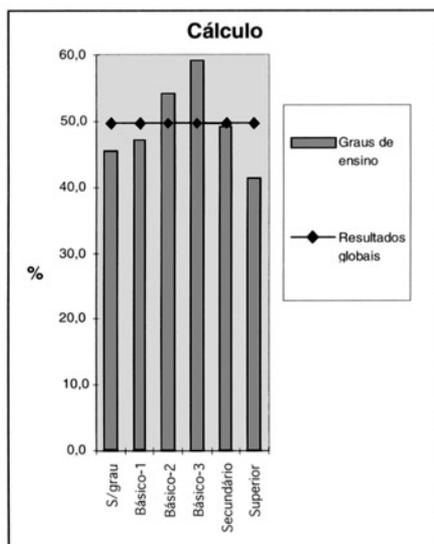
Quanto aos meios para concretizar essas aspirações, 42,9% do conjunto dos inquiridos declaram que gostariam de voltar a estudar.

Gráfico 2.20: Desejo de melhorar as capacidades de leitura, escrita e cálculo por graus de ensino



Qui-quadrado significativo ($p < 0,1$)

Qui-quadrado significativo ($p < 0,1$)



Qui-quadrado significativo ($p < 0,1$)

A literacia da população portuguesa não é independente das estruturas sociais do país. A caracterização social da população inquirida permite evidenciar alguns dos traços mais relevantes dessas estruturas e dos seus processos de transformação. Os níveis de escolaridade, designadamente, são bastante baixos,

quando comparados com os padrões médios europeus. A composição socioprofissional da população apresenta um perfil estrutural em que predominam largamente os assalariados de fracos recursos económicos e baixas qualificações. O conjunto dos quadros e técnicos, onde se concentra a grande maioria dos possuidores de qualificações escolares e profissionais de nível médio ou superior, constituem, comparativamente com os países mais avançados, um segmento bastante restrito. Por outro lado, a sociedade portuguesa tem vindo a ser palco, ao longo das últimas décadas, de transformações estruturais significativas. Os pais dos inquiridos tinham níveis de escolaridade ainda muito mais baixos. Na composição social da população, as categorias ligadas à agricultura tinham uma presença muito maior e a percentagem dos quadros e técnicos não passava de metade da actual. Uma parte decisiva da população tem estado, assim, envolvida de algum modo em trajectórias de mobilidade social que, com frequência, tiveram uma dimensão de mobilidade geográfica (emigração, migração para os grandes centros urbanos), uma dimensão de recomposição socioprofissional e uma dimensão de acréscimo de escolarização, embora de pequena amplitude na maioria dos casos.

As práticas de leitura, escrita e cálculo, declaradas pelos inquiridos, foram objecto de pesquisa, enquanto um dos indicadores de literacia da população em estudo. Verificam-se taxas de leitura muitíssimo reduzidas de livros, e também não muito elevadas de revistas e jornais. Estas taxas crescem regularmente com o grau de escolaridade. As mulheres lêem sobretudo revistas e os homens jornais. A vida quotidiana contemporânea solicita também outro tipo de práticas de leitura, de carácter mais informal. As que atingem maiores percentagens são, acima de todas, as de leitura de legendas na televisão. Seguem-se as que se relacionam com compras de diversos tipos de produtos e serviços. No domínio da escrita, as práticas mais frequentes são os recados e o preenchimento de documentos. Surgem igualmente em primeiro plano as práticas de cálculo nas compras correntes e na gestão do orçamento doméstico. No trabalho, as práticas de leitura, escrita e cálculo variam de forma extremamente nítida com a categoria socioprofissional. Apenas para os empresários e dirigentes e, sobretudo, para os profissionais técnicos e de enquadramento a leitura e a escrita estão presentes, de forma significativa, no quotidiano profissional. O mesmo se passa quanto ao cálculo, mas incluindo-se também neste domínio os trabalhadores independentes. De modo análogo, só nos detentores dos graus mais elevados de escolaridade se encontram taxas significativas de utilização da leitura, da escrita e do cálculo no exercício da actividade profissional.

Uma das formas de abordar a literacia de uma população é através da auto-avaliação de competências. Os inquiridos revelaram-se, em termos globais, razoavelmente realistas a respeito das suas capacidades de leitura, escrita e cálculo. Para cada um dos três domínios, os resultados obtidos distribuem-se estratificadamente entre declarações de não saber ler, escrever e contar, num dos extremos, e auto-avaliações de capacidades muito boas em qualquer desses aspectos, no outro extremo. As maiores percentagens vão para os escalões intermédios. Os mais escolarizados, os mais novos e as categorias socioprofissionais com maiores qualificações tendem a auto-avaliar mais acima as respectivas capacidades de leitura, escrita e cálculo. No entanto, quando a auto-avaliação toma como referência o maior ou menor ajustamento das capacidades possuídas ao desempenho das actividades profissionais de cada um, o resultado surge completamente diferente. Em vez de distribuições acentuadamente estratificadas, a grande maioria das pessoas responde, de maneira bastante homogénea e transversal, às diversas categorias de sexo, idade, escolaridade e classe social, que as capacidades que detém, no plano da literacia, são plenamente suficientes para o desempenho da sua profissão. Raros são os que as consideram insuficientes; e também não são muitos os que as julgam superiores ao necessário. Em todo o caso, cerca de metade dos inquiridos declara ter desejo de melhorar as suas capacidades de leitura, escrita e cálculo, designadamente voltando a frequentar a escola.

